



**INDICAÇÃO Nº 1201/2026**

**Exmo. Sr.**

**Israel Mendonça**

**DD. Vereador Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis**

O Vereador que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, respeitosamente, indicar ao Chefe do Poder Executivo Municipal que avalie a conveniência e a oportunidade de encaminhar a esta Casa Legislativa projeto de lei complementar promovendo alterações na Lei Complementar nº 160/2011, que dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Educação – COMED, nos termos das propostas técnicas encaminhadas pelo próprio Conselho, as quais seguem anexas.

**JUSTIFICATIVA**

O Conselho Municipal de Educação – COMED procurou este Vereador com a finalidade de apresentar propostas de adequação e atualização da Lei Complementar nº 160/2011, diploma que disciplina sua estrutura, composição, competências e funcionamento.

As sugestões apresentadas decorrem da experiência institucional acumulada ao longo dos anos de funcionamento do Conselho, bem como das transformações normativas, administrativas e sociais ocorridas no âmbito da educação municipal, estadual e federal desde a edição da norma original.



Ressalte-se que a Lei Complementar nº 160/2011 encontra-se, em diversos pontos, defasada em relação à realidade atual do Sistema Municipal de Educação, não refletindo plenamente a complexidade da gestão educacional contemporânea, a diversidade dos segmentos envolvidos, nem as exigências de fortalecimento do controle social e da participação democrática.

As alterações propostas pelo COMED mostram-se razoáveis, equilibradas, tecnicamente fundamentadas e juridicamente adequadas, buscando, entre outros objetivos:

- atualizar a estrutura e o funcionamento do Conselho;
- ampliar e qualificar a representatividade dos segmentos educacionais;
- conferir maior clareza às competências do COMED;
- assegurar melhores condições institucionais para o exercício de suas atribuições legais;
- fortalecer o papel do Conselho como instância normativa, consultiva, deliberativa e fiscalizadora da política educacional municipal.

Destaca-se que a iniciativa legislativa para alteração de lei complementar que trata da estrutura administrativa e do funcionamento de órgãos da Administração Pública é privativa do Poder Executivo, razão pela qual este Vereador não apresenta projeto de lei, mas encaminha a presente Indicação, como instrumento legítimo de provocação institucional e de colaboração entre os Poderes.

Dessa forma, a presente Indicação tem por finalidade submeter ao Executivo Municipal uma demanda construída de forma coletiva, democrática e técnica pelo próprio Conselho Municipal de Educação, para que, se assim entender pertinente, possa transformá-la em proposta legislativa formal, contribuindo para a modernização da legislação educacional do Município de Divinópolis.

Registre-se que este Vereador recebeu formalmente do Conselho Municipal de Educação – COMED as propostas de alterações à Lei Complementar nº 160/2011,



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

construídas e aprovadas no âmbito do próprio Conselho, a qual segue anexa à presente Indicação, sendo encaminhadas ao Poder Executivo para conhecimento, análise técnica e eventual adoção das providências legislativas cabíveis, respeitada a iniciativa privativa do Chefe do Executivo.

Trata-se, portanto, de medida digna, justa e necessária, voltada à atualização normativa, ao fortalecimento das políticas públicas de educação e ao aprimoramento da gestão democrática do ensino no âmbito municipal.

Divinópolis/MG, 12 de janeiro de 2026.

---

**Vereador VITOR COSTA**  
**PT (Partido dos Trabalhadores)**

Rua São Paulo, 277 – Praça Jovelino Rabelo – Centro – CEP 35.500-006 – Fone (37) 2102-8200 – Fax: 2102-8290

Portal: [www.camaradiv.mg.gov.br](http://www.camaradiv.mg.gov.br) e-mail: [geral@camaradiv.mg.gov.br](mailto:geral@camaradiv.mg.gov.br)

# ANEXO I

Esta é uma minuta considerando que as proposições de adequações sejam todas aprovadas pelo Poder Executivo. As adequações seguem destacadas em cor da fonte vermelha.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS**  
**LEI COMPLEMENTAR Nº / 160 /2011**

*Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Educação - COMED, e dá outras providências.*

O povo do Município de Divinópolis, por seus representantes aprova e eu, na qualidade de Prefeito Municipal, em seu nome sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Conselho Municipal de Educação de Divinópolis - COMED, órgão consultivo e deliberativo em matéria de educação em ações conjuntas e harmônicas com os órgãos locais, responsáveis pela gerência de educação em níveis Federal, Estadual e Municipal, terá o seu funcionamento estruturado conforme dispõe esta Lei.

Art. 2º O Conselho Municipal de Educação terá como instância máxima de deliberação o Conselho Pleno formado pela constituição prevista no artigo 3º desta Lei.

§ 1º O Conselho Pleno poderá, sempre que julgar necessário, indicar membros para formação de comissões de trabalho que funcionarão como instâncias primárias para elaboração de proposições.

§ 2º As proposições elaboradas por comissões passarão, obrigatoriamente, pela aprovação do Conselho Pleno.

§ 3º As comissões de trabalho serão consideradas extintas após a conclusão do trabalho para o qual foram instituídas.

Art. 3º O Conselho Municipal de Educação terá a seguinte constituição:

- a) 01 (um) representante do Prefeito Municipal de Divinópolis;
- b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- c) 01 (um) representante da Superintendência Regional de Ensino;
- d) 01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal, indicado pela Comissão de Educação da Câmara Municipal de Divinópolis;
- e) 01 (um) representante dos Gestores da Educação Infantil pública ou privada;
- f) 01 (um) representante do Colegiado de Diretores das Unidades Educacionais Municipais;
- g) 01 (um) representante do Colegiado de Diretores das Escolas Estaduais;
- h) 01 (um) representante dos Gestores das Escolas de Ensino Superior pública ou privada;

- i) 01 (um) representante dos Gestores das Instituições de **Educação Profissional pública ou privada**;
- j) 01 (um) representante do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- k) 01 (um) representante dos estudantes do Ensino Superior;
- l) 01 (um) representante dos estudantes da Educação Básica;
- m) 01 (um) representante **da modalidade de** Educação de Jovens e Adultos;
- n) 01 (um) representante dos **responsáveis legais** por Alunos da Educação Básica;
- o) 01 (um) representante das Entidades Sindicais dos Trabalhadores na Educação Pública;
- p) 01 (um) representante das Entidades Sindicais dos Trabalhadores na Educação Privada;
- q) 01 (um) representante dos Trabalhadores no Ensino Superior **público ou privado**;
- r) 01 (um) representante do Movimento Social e da Diversidade;
- s) 01 (um) representante dos Trabalhadores na Educação Infantil **pública ou privada**;
- t) 01 (um) representante dos Trabalhadores na Educação Especial **pública ou privada**.

§ 1º Os membros do COMED serão indicados pelas respectivas entidades, instituições, segmentos e/ou agentes políticos que representam.

§ 2º O processo de indicação dos membros do COMED, representativos dos usuários e dos trabalhadores da educação, deverá se dar através de conferências e/ou assembleias.

§ 3º O processo a que se refere o parágrafo anterior deverá ser acompanhado pelo COMED.

Art. 4º O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, sendo permitida uma recondução por igual período.

Parágrafo único. Fica estipulado o prazo de **30 (trinta)** dias, a contar da expedição do convite, para que as entidades, segmentos sociais, instituições ou agentes políticos indiquem seus representantes efetivos e suplentes no COMED.

Art. 5º A cada membro efetivo, eleito e/ou designado pelas respectivas entidades, segmentos sociais, instituições ou agentes políticos, corresponderá um suplente.

Parágrafo único. Em caso de vaga ou impedimento do titular, será efetivado um suplente para completar o mandato.

Art. 6º. Compete ao Conselho Municipal de Educação:

I - propor e/ou apreciar a execução de programas, projetos e planos de atividades de expansão do sistema de ensino, vindos da Administração Municipal, do próprio COMED ou de outras entidades;

II - fixar normas, critérios e medidas que visem à melhoria do ensino, de acordo com as competências delegadas ao COMED;

III - participar de atividades educacionais de iniciativa própria ou atendendo solicitação de outros órgãos;

IV - pronunciar-se sobre questões relativas à educação no município, considerando-se a devida relação entre esta e a realidade cultural latente na comunidade, num sentido amplo;

V - participar da elaboração e propor diretrizes da política municipal de educação, adequando as orientações e diretrizes superiores às necessidades e condições do município;

VI - apreciar e propor a criação e/ou organização, ampliação e reforma de escolas e manifestar-se sobre Estatuto do Magistério, Regimentos, Currículos e Calendários comuns às unidades educacionais do Sistema Municipal de Educação;

VII - supervisionar o levantamento da população em idade escolar e propor alternativas para seu atendimento;

VIII - adotar providências que assegurem a democratização do acesso, regresso e sucesso do aluno na escola;

IX - participar, com o Poder Executivo, da definição de prioridades e critérios para a elaboração da proposta orçamentária, emitindo pareceres sobre os relatórios de atividades dos órgãos encarregados da implementação da política educacional, fiscalizando e acompanhando a aplicação dos recursos;

X - emitir pareceres sobre o interesse e necessidade de eventual assistência do município a instituições filantrópicas, comunitárias e confessionais no que se refere à educação;

XI - promover seminários e conferências para discutir a política educacional no município.

XII - Acompanhar o fechamento, a anexação de unidades escolares ou a suspensão total ou parcial de oferta de ensino nas unidades escolares;

**Novo inciso:**

**XIII - exercer outras atribuições, previstas em lei, ou decorrentes de suas funções.**

**Art. 7º.** Será garantido na Lei Orçamentária do município, dotação orçamentária própria ao Comed para a sua manutenção e funcionamento.

**Art. 8º** São receitas do COMED:

I - contribuições do município, consignadas em seu orçamento ou em créditos especiais;

II - doações, legados e outras rendas.

**Art. 9º.** A diretoria do COMED, que será eleita por seus membros, em eleição direta, será composta de 01 (um) Presidente, 01 (um) Vice-Presidente, 01 (um) Secretário e 01 (um) Tesoureiro.

**Art. 10.** O suporte técnico, financeiro e administrativo para o funcionamento do COMED é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, inclusive no tocante à instalação, equipamentos e recursos humanos.

Parágrafo único. O COMED contará com um quadro mínimo de servidores composto de:

I - 01 (um) Secretário Administrativo;

II - 01 (um) Assistente Técnico.

**Art. 11.** O Conselho disporá de estrutura de apoio técnico, jurídico e administrativo, sendo composta de até  $\frac{1}{4}$  (um quarto) da quantidade de membros Conselheiros.

**Art. 12.** O Conselho contará com uma Secretaria Executiva e uma Assessoria Técnica, que serão compostas por servidores/as municipais da área da educação em efetivo exercício, selecionados através de processo seletivo interno.

**§ 1º - A Secretaria Executiva e Assessoria Técnica serão subordinadas à Presidência, com a finalidade de prestar apoio técnico à execução das atividades do Conselho.**

**§ 2º - A atuação do/a Assessor/a Técnico e do/a Secretário/a deverá ser em jornada integral de dois turnos e de dedicação exclusiva ao COMED.”**

**§ 3º - O processo seletivo para seleção de servidores/as para composição da Secretaria Executiva e da Assessoria Técnica do Comed será organizado pelo Comed e pela Semed e será submetido à aprovação do Conselho Pleno.**

**§ 4º - Os critérios para seleção dos candidatos/as serão estabelecidos em conjunto entre Comed e Semed e deverá ser validado por parecer do Conselho Pleno do Comed antes de compor edital de processo seletivo interno.**



Art. 13. As atividades dos membros do COMED não serão remuneradas, sendo os seus serviços considerados de alta relevância para a Comunidade.

Art. 14. Sendo a função de conselheiro considerada de relevante interesse social o servidor público em exercício, poderá em acordo com sua chefia imediata, priorizar as atividades do conselho.

Art. 15. O COMED se reunirá ordinariamente no final de cada mês e sempre que convocado extraordinariamente por seu presidente ou atendendo a requerimento da maioria simples de seus membros.

Art. 16. O COMED se reunirá com a presença de maioria simples de seus membros e deliberará pelo voto dos conselheiros presentes.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Fica revogada a Lei Complementar nº 076, de 27 de setembro de 2001, a Lei Complementar nº 121, de 16 de março de 2006 e a Lei Complementar nº 160 de junho de 2011.

## Assinantes

---

## Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

**63W****0Q1****K11****W50**